

Relações Brasil e Estados Unidos no período Bush: expectativas e frustrações¹

The Brazil-United States Relations during the Bush Administration: expectations and frustrations.

Virgílio Caixeta Arraes*

Boletim Meridiano 47 vol. 13, n. 133, set.-out. 2012 [p. 26 a 33]

Introdução

Na gestão de George W. Bush (2001-2008), a Casa Branca concentrou-se mais no Oriente Médio e cercanias por causa do combate ao terror, após o atentado de 11 de setembro de 2001, e da necessidade de acesso contínuo ao petróleo. O ataque a Nova York e Washington reforçou a visão dos decisores estadunidenses de modificar aquela região. Destarte, urgia-lhes fixar democracias neoliberais, projeto estruturado na academia e veículos de comunicação nos anos 90, mas a intervenção mostrar-se-ia desastrosa, vez que as guerras – Afeganistão e Iraque – não desaguiariam na alteração político-econômica e redução do integrismo. Centrar-se lá originou constante desatenção para outros locais – (Rothkopf, 2005, p.31-32; Oudenaren, 2005, p.57-58).

A insensibilidade concernente à América Latina refletiu-se de forma variada. O 11 de setembro tornou a região mais secundária na rotina da Casa Branca porque, apesar da retórica desafiadora de alguns dirigentes, eles executavam de fato políticas conservadoras. Assim, ela não assombrava o Departamento de Estado, salvo Cuba, Bolívia, Equador e Venezuela. No início do mandato, Bush havia renunciado que lhe dedicaria mais atenção por meio da formação de uma abrangente área de livre-comércio. Ele esperava granjear o apoio de governos como Chile, Brasil, México, Colômbia, entre outros.²

Caso o objetivo dos Estados Unidos entre 2001 e 2008 tivesse sido a efetivação de democracias neoliberais, a América do Sul não inquietaria, dado que ela já subscrevia o binômio. Na política, ela se democratiza desde os anos 80, haja vista os pleitos presidenciais: Argentina (10/1983); Uruguai (11/1984); Paraguai (05/1989); Brasil (11/1989); Chile (12/1989) – citem-se ainda Venezuela e Colômbia em 1958. Na economia, o neoliberalismo havia sido abraçado entre o final da década de 1980 e o início da de 1990. A Argentina adotou-o em 1989, após a escolha de Carlos Menem, sob a escusa de opor-se à hiperinflação. Após a eleição de 2003, o governo teve de estar mais presente na economia, em vista dos efeitos sociais mais adversos da crise de 1999, o que não implicaria a volta do nacional-desenvolvimentismo.

1 Uma versão ampliada do trabalho comporá capítulo de coletânea relativa aos Estados Unidos.

* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB (arraes@unb.br).

2 Exceção feita se houvesse vínculo com o Oriente Médio. Entre o segundo semestre de 2002 e o começo de 2003, EUA e México estranharam-se no Conselho de Segurança porque este defendeu a posição de não se autorizar a intervenção militar antes de encerrar-se a atuação da Comissão de Controle, de Verificação e de Inspeção das Nações Unidas no Iraque. Na região, há a tradição de desencanaie entre o significado de uma sigla partidária e o comportamento dos dirigentes. O nome das agremiações é no máximo uma aspiração. Assim, há uma confusão diante da defesa socialista ou socialdemocrata e da atuação neoliberal posterior.

O Paraguai aplicou-o em 1989 por Andrés Rodríguez. O Brasil aderiu a ele em março de 1990, com Fernando Collor, sob as mesmas razões da Argentina. No mesmo ano, o Uruguai de Luis Alberto Lacalle impôs medidas parecidas. Precursor regional, o Chile havia-o esposado na primeira metade dos anos 70, sob a ditadura de Augusto Pinochet. A Venezuela abraçou-o em 1989, sob Carlos Andrés Pérez. Uma década depois, haveria o sucesso eleitoral de outra via, em face da deplorável situação econômica; a Bolívia incorporou-o em 1985 com Paz Estenssoro e a Colômbia em 1986 com Virgilio Barco.

Diante disso, avalia-se que a relação dos EUA com a região não era inquietante, dado que a maioria subscritava a democracia neoliberal. Ademais, houve o esforço de convergir a luta contra o narcotráfico, depois de setembro de 2001, com a Guerra ao Terror. Enfim, poder-se-ia classificar os países sul-americanos em três níveis entre 2001 e 2008: no primeiro, governos próximos dos EUA como Colômbia e Chile; no segundo, moderados como Brasil, Uruguai, Paraguai e Bolívia; por fim, os heterodoxos como Venezuela, Argentina, a datar de 2003, e Bolívia, depois de 2005. (Walker, 2008, p.5-12; Treisman, 2004, p.410-414; Weyland, 2004, p.147-149).³

Estados Unidos-Brasil: entre o otimismo de um e o desapontamento de outro

Na gestão Bush, sucederam-se dois presidentes, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva, conectados em tese à socialdemocracia (PSDB) e ao socialismo (PT). Isso não obstou a boa relação, malgrado as prioridades de cada um: aos americanos, a preferência era o político (militar), em face do 11 de setembro; aos brasileiros, o econômico, por conta da crise de 1998 e 1999. Janeiro de 2001 a dezembro de 2008 modificou o comércio do Brasil porque as exportações saíram de 58 bilhões e 200 milhões de dólares – sendo 14 bilhões e 208 milhões de produtos da demanda americana – para 197 bilhões e 900 milhões de dólares – derivados 27 bilhões e 423 milhões de dólares de necessidades estadunidenses. A participação brasileira evoluiu mundialmente de 0,96% para 1,25%. Verifica-se que o percentual relativo aos EUA diminuiu de 24,37% para 13,85%, o que mostra o esforço de diversificar as vendas.

O objetivo de Washington foi o de ampliar o comércio, via liberalização. No primeiro ano de Bush e no penúltimo de FHC, houve, em abril de 2001, a III Reunião de Cúpula das Américas, realizada em Quebec, Canadá, tendo por meta o cronograma de implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Trinta e quatro países participaram, com exclusão de Cuba, por influência da Casa Branca.⁴

Nela, o tom foi cético, dado que Brasil e Argentina passavam por crise econômica. Depois do baque, ambos recorreram ao Fundo Monetário Internacional (FMI). Com mercado potencial estimado em torno de 800 milhões de habitantes e de um produto interno bruto de mais de 11 trilhões e 500 milhões de dólares, faltava fixar o calendário de abertura econômica. Manifestou-se então a primeira divergência entre Bush e FHC. Este preferia o prazo original, acordado em 1994: 2005, enquanto aquele, a par do Canadá e Chile, desejava 2003. O Brasil prevaleceu, sendo a ALCA o corolário do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), de 1994, e do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA), do mesmo ano. Finalmente, a “família hemisférica” reunir-se-ia comercialmente, algo ambicionado desde a I Conferência Pan-Americana em 1889 (Bueno, 1995, p.112-117).

A incredulidade do Brasil originou-se da descrença de que os EUA aplicassem para si mesmos corte de subsídios agrícolas e redução de tarifas alfandegárias – no NAFTA, eles não eliminaram suas restrições tarifárias, como no setor madeireiro. A tática da Casa Branca dividia-se em acordos bilaterais, tratados regionais e negociações na Organização Mundial de Comércio (OMC), âmbito de reduzida possibilidade de sucesso, em vista do número de Estados-membros. Com o propósito de erodir eventual resistência de Brasília, Washington cortejou Santiago,

³ Ajuda maciça era concedida se fosse para combater o terrorismo *latu sensu* – caso da Colômbia.

⁴ A primeira Reunião de Cúpula ocorrera em 1994 e a segunda em 1998.

Buenos Aires e Montevideu com propostas bilaterais.⁵ Invocar mais tempo para ajustar-se não se justificaria, vez que abertura tinha sido iniciada uma década antes. A ponderação fora a da incapacidade de sustentação das indústrias brasileiras diante das norte-americanas (Abboushi, 2010, p. 43-51).

O Brasil tinha outra opção, dado que o MERCOSUL negociava com a União Europeia (UE). No entanto, havia dificuldade parecida: a temática agrícola. Se a ALCA não aflorasse, Washington avaliava atrair bilateralmente os demais membros do Cone Sul para sua esfera comercial. Havia um percalço: obter uma Autorização de Promoção Comercial (*Trade Promotion Authority – TPA*), o que lhe propiciaria enviar a proposta de tratado ao Congresso sem emendas parlamentares – Bush disporia de uma em agosto de 2002.

O parlamento, eleito por voto distrital, impunha nas tratativas internacionais cláusulas vinculadas a padrões trabalhistas e ambientais, o que obstava o interesse dos países periféricos, que, por sua vez, vislumbravam-nos como disfarce protecionista. Além do mais, parcela da opinião pública regional não se convencia da existência de efeitos apenas benéficos na integração. Articulados em organizações não governamentais, milhares protestaram em Quebec. Canadenses e norte-americanos receavam a possível transferência de empregos para os países mais pobres (MacDonald & Schwartz, 2002, p.146-149). No fim, a Cúpula de Quebec gerou um protocolo no qual os governos se comprometiam a concluir as negociações até janeiro de 2005, com o início da ALCA em 2006.

Bush, em sua primeira cúpula internacional, firmou o compromisso de extrair do Congresso uma TPA, não obstante a exigência trabalhista-ambiental dos democratas. A postura de Brasília foi a de apoiar a ALCA, desde que Washington não invocasse certos direitos como manobra para resguardar ineficiência. Conciliador, o México sugeriu um fundo compensatório com duração de duas décadas. Os EUA pediam aos aderentes da ALCA a melhora da infraestrutura e a adequação do empresariado à maior competição. Assim, suas populações poderiam desfrutar dos benefícios da integração. No início de 2002, o protecionismo estadunidense impedia de fato o avanço das negociações.⁶

Contudo, Washington sustentava que Brasília defendia sua indústria da mesma forma e ainda subsidiava a agricultura. Ao se considerarem os 15 produtos mais exportados do Brasil para os EUA e vice-versa, a tarifa média seria de 14% para este enquanto para aquele 46% – por isso, o país ingressaria junto à OMC com questionamentos sobre produtos como soja, algodão e aço (Brasil informa aos EUA que poderá ir à OMC contra o aço, soja e algodão, 12/03/2002). Não havia acordo entre a maior economia do norte e a maior do sul, dado que para esta a questão era a preservação do setor industrial ao passo que para aquela a do agrícola – o empresariado brasileiro dizia que pagava mais impostos que o norte-americano bem como lhe era mais caro o crédito (Amâncio, 2003, p. 312-318).

A suspensão do projeto da ALCA

Em novembro de 2002, 34 países da região reuniram-se em Quito, Equador, para revalidar com ceticismo o prazo de negociações. Parte disso derivou da vitória da aparente oposição na eleição presidencial brasileira – o PT considerava a ALCA a subjugação econômica da América Latina pelos EUA. Como contraparte, Washington propôs flexibilizar o processo de transição com redução de tarifas para caribenhos e andinos.⁷ A alternativa não agradou

5 Naquele período, o Brasil podia ingressar com sucesso nos Estados Unidos, caso os impostos de importação fossem reduzidos, no setor têxtil, cerâmico, de soja e de aço. Por outro, áreas receosas de competição sem salvaguardas eram o químico, maquinário, eletrônico e de celulose. Na visão neoliberal, elas não tiveram interesse em aperfeiçoar a competitividade, via ampliação da produtividade (investimentos em tecnologia e aperfeiçoamento da mão-de-obra) e do refinamento da propaganda.

6 Em boa parte do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, a balança comercial foi deficitária, em especial com os EUA. Com a desvalorização do real no início de 1999, o quadro começou a reverter-se.

7 Diante da oposição ao terror integrista, uma nova frente gerava apreensão. Na visão mais conservadora, Lula faria parte de um eixo do mal local, ao lado de Chávez e de Castro. Ante as fraturas socioeconômicas do NAFTA, não se cogitaram fundos sociais à europeia, o que serviu de propaganda negativa para a ALCA.

argentinos e brasileiros, queixosos em setores como os da soja, laranja e açúcar. Os americanos alegavam que temas agrícolas seriam da OMC. Ao fim, os dirigentes propuseram o Programa de Cooperação Hemisférica, destinado à adaptação dos mais pobres, provido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelos EUA.

Eleito, o PT incorporou diretrizes do predecessor, ao indicar nomes como Antônio Pallocci, Celso Amorim, em detrimento de Samuel Guimarães, e Henrique Meirelles. Em maior ou menor grau, todos subscreviam a responsabilidade fiscal e o respeito aos contratos internacionais. Em dezembro de 2002, houve reunião entre Bush e Lula que representaria visões opostas, em especial por causa da ALCA e da perspectiva de nova guerra contra o Iraque. Com o tempo, verificou-se que nenhuma divergência foi séria a ponto de entravar a relação, visto que o pêndulo petista se moveria cada vez mais à direita, apesar da fala de esquerda (Assessor diz que encontro entre Lula e Bush teve “química”, 10/12/2002).⁸

A manifestação de conversão política ocorreu em janeiro de 2003 quando Lula compareceu a dois foros distintos, tendo sido bem acolhido em ambos. Assim, o roteiro estava definido – se a política econômica seria conservadora, de acordo com as diretrizes do FMI e do Banco Mundial (BM), a externa também, ao defender a liberalização equitativa e consolidar o país como agroexportador. O caminho para uma área regional de livre-comércio estaria aberto. Lula compareceu ao Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e depois ao Fórum Econômico Mundial, em Davos, onde apresentou um capitalismo mitigador da desigualdade, a ser implementado no país através do Fome Zero e do Bolsa-Escola. Solicitou a criação de um fundo, patrocinado por grandes potências e por multinacionais, com o fito de reduzir a miséria, sem modificar a estrutura sistêmica. Não se advogava mais que a política internacional derivava da desigualdade entre países.⁹ Um momento importante entre Brasil e EUA foi a visita de Lula a Bush, em junho de 2003, sendo o primeiro líder antiguerra a fazê-la. Nela, Lula declarou que a cordialidade entre os dois países surpreenderia o mundo – ambos reafirmaram o prazo original de encerramento das negociações da ALCA (Brasil aceita 2005 como prazo inicial da ALCA, 21/06/2003).

Enquanto os EUA desejariam garantir medidas mais efetivas de proteção à propriedade intelectual e de maior liberalização da área de serviços, o Brasil almejaria a redução de subsídios agrícolas e do antidumping. Observa-se que as divergências entre os dois não eram de modelo, mas de aplicação de medidas dentro de um. A postura brasileira foi a de encaminhar os temas mais polêmicos para a OMC, a fim de não atrapalhar as negociações; destarte, aprovar-se-ia uma ALCA limitada, mas os americanos não se manifestaram a favor. Assim, as confabulações para a formação de um bloco feneciam.

Mesmo assim, em novembro de 2003, os ministros da Fazenda estabeleceram a meta de uma região aberta, mas de forma mais modesta. A justificativa derivou da posição americana, desinteressada momentaneamente de programações mais amplas. Brasília, com apoio variado no MERCOSUL, firmou não abrir o mercado para a área de serviços ou de contratos governamentais. Paralelamente, os EUA tentavam acordos com Colômbia, Peru e cinco países da América Central, nos termos feitos com México e Chile. Por outro, a situação não se encaminhava bem com Venezuela, por não ter havido condenação do golpe de 2002; México, por não haver acordo de migração; Argentina, por não ter recebido auxílio quando de sua crise econômica. Em janeiro de 2004, na Cúpula das Américas, em Monterrey, México, a ideia de uma área de livre-comércio foi na prática suspensa, embora Washington quisesse conservar o prazo. Caracas, Brasília e Buenos Aires não se entusiasmavam. A postura deles era a de firmar primeiro uma área de integração econômica sul-americana.

8 O anúncio do nome de Pallocci foi feito por Lula nessa visita de 45 minutos a Bush – 15 acima do previsto.

9 Apenas na retórica ou em instituições simbólicas, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, se manteve o estilo socialdemocrata. Os ministérios reformistas, como o da Reforma Agrária ou do Meio Ambiente, permaneceram em segundo plano, sem orçamento ou sem apoio político adequado.

Pauta do segundo mandato de Bush: biocombustível, livre-comércio e IV Frota

Houve três atritos basicamente no primeiro mandato de Bush. Embora sem importância no médio prazo, tiveram impacto midiático no momento em que ocorreram.¹⁰ Em setembro de 2003, Lula editou a Medida Provisória (MP) n.º 131 que possibilitou a sementeação, limitada a um ano, de organismos geneticamente modificados (OGMs). O alvo foi o de regularizar o plantio de soja por estimar-se que até 20% do cultivo no passado teria sido transgênico. O prazo de venda, 31 de dezembro de 2004, foi um ponto delicado, vez que considerado curto aos americanos. Afinal, boa parte dela derivava de sementes de multinacionais estadunidenses. Com a MP, os fabricantes poderiam cobrar direitos de uso na sementeação ou na comercialização pela propriedade intelectual. Isso significaria ao Brasil o custo de identificar nos pontos de entrada – rodovias e portos – a origem das sementes.

O segundo derivou do Departamento de Segurança Interna, quando da entrada de estrangeiros no país: o reconhecimento por fotografia e impressão digital. O Brasil passou a exigir o mesmo procedimento, via decisão judicial, desde janeiro de 2004. Na perspectiva brasileira, a cobrança seria descabida, dado que o país não se encontrava na zona de circulação de extremistas. O último veio do período em que o Brasil ofertou intermediar o diálogo entre a Colômbia e os grupos, a depender da visão, insurgentes de esquerda ou da narcoguerrilha. A razão derivou da presença contínua de militares americanos, o que poderia caracterizar intromissão no continente. No final, a sugestão não logrou apoio junto à comunidade sul-americana (Rohter, 2004; Stangler, 2011; Montero, 2005, p. 131).

Houve nova tentativa de encaminhar a ALCA, mas os EUA desejavam mais garantias para seus investidores. Por outro, os países mercosulinos gostariam da abertura agrícola. Na prática, a idealização da ALCA já não encantava. Ao mesmo tempo, o Departamento de Estado mantinha negociações bilaterais com países da América Central. A aproximação não era apenas comercial, visto que três haviam deslocado tropas para a II Guerra do Golfo – Nicarágua, São Domingos e Honduras (Aizenman, 2006). Negociações continuavam com Peru e Colômbia: assinar-se-iam os acordos em abril e novembro de 2006. Com os demais, o pretensão esquerdismo não era levado a sério, a não ser na Venezuela por conta da influência política, viabilizada pela alta do petróleo, sobre a oposição na Bolívia, Peru e Equador. Segundo Condoleezza Rice, na audiência senatorial que debatia seu nome para o Departamento de Estado, Chávez seria um desagregador e uma força negativa (Lusane, 2006, p.150; Ospina, 2005, p.19; Romero, 2007). O Brasil, em vez de isolá-la, como pretendiam os EUA, aproximou-se mais via acordos de cooperação.¹¹

Em novembro de 2005, houve novo encontro em Mar del Plata, Argentina. Posturas diferentes se representaram: a de Bush, favorável à ALCA, e a de Chávez, contrária. Para ele, a Alternativa Bolivariana das Américas (ALBA) seria o caminho ibero-americano para superar a pobreza. No final, havia a impressão de que a ALCA afundava. (Cúpula não resolve impasse entre EUA e MERCOSUL, 06/11/2005).

Um dos fatos inesperados da II Guerra do Golfo (março de 2003 até o momento) foi o alto reajuste do petróleo, que chegou a mais de 100 dólares o barril. Diante disso, a comunidade internacional dedicou-se a fontes alternativas, sendo uma delas o biocombustível. O Brasil, ao extrair o seu da cana-de-açúcar, posicionou-se na dianteira por causa da produtividade e do custo. Com potencial agricultável em torno de 90 milhões de hectares, embora se valesse de 60 milhões em 2005, ele tinha condições de aumentar a fabricação, se as barreiras alfandegárias americanas se reduzissem. No governo FHC, os impostos de exportação de commodities foram bem reduzidos. Os EUA mantinham

10 Abstraem-se o ingresso no Conselho de Segurança como membro permanente e a posição do Brasil concernente à autorização da II Guerra do Golfo. O país foi corretamente contrário à invasão, em vista da ausência de esgotamento de meios disponíveis para inspecionar de forma multilateral o Iraque.

11 Caracas começou a atualizar a equipagem das forças armadas e dobrar o número de reservistas. A modernização era para proteger a fronteira contra possível incursão da guerrilha, dos paramilitares e dos narcotraficantes colombianos – Bogotá teria sequestrado em Caracas um líder das FARC, o que causou tensão diplomática. Brasil, Chile e Peru posicionaram-se a favor dela.

o etanol de milho, mais caro – com custo de 30 centavos de dólar enquanto o da cana era de 22 centavos – de menor potencial energético e maior emissor de carbono. (Moreno, 2007).

Washington alegou que o protecionismo do Congresso impedia o ingresso do etanol brasileiro – 54 centavos de dólar por galão. Contudo, lançou sua meta de redução do consumo de petróleo: diminuição de 20% até 2017. Por isso, a necessidade do biocombustível externo. Ainda assim, as reivindicações brasileiras não prosperaram – em 2008, ante o recuo da cotação do petróleo, as solicitações perderam o apelo político.

Em março de 2007, Bush fez sua viagem mais importante à América Latina: Brasil, México, Colômbia, Uruguai e Guatemala. Com o primeiro, embora sem desentendimento sério, não houve avanço sobre a pauta brasileira: apoio ao assento permanente no Conselho de Segurança; redução dos impostos de importação do etanol; e eliminação dos subsídios agrícolas na OMC; com o segundo, o principal era a imigração, prejudicada depois do ataque de setembro de 2001; com o terceiro, a manutenção do combate ao narcotráfico. De novo, a razão para que não houvesse medidas liberalizantes quanto a comércio e imigração decorreriam do Congresso, o que emperraria o Executivo. (Baker, 2007).¹²

Em abril de 2008, os Estados Unidos reativaram a IV Frota, desativada desde 1950, com atuação na América Latina e adjacências. A despeito da celeuma, as operações navais mantiveram-se quase inalteradas no tocante ao número de atividades. Destarte, a criação foi mais simbólica, a não ser para dois países: Venezuela, em vista do antiamericanismo e, em menor escala, China, em face da presença econômica cada vez maior na América e por que não na África. Washington reiterava a primazia no Atlântico sul, importante fonte energética e alimentar, ainda que oficialmente a IV Frota tivesse sido formada contra o terrorismo e ilícitos transnacionais. A facilidade de deslocamento permitiria intervenções de restauro da normalidade institucional para governos aliados mais céleres do que as tradicionais: as de envio maciço de tropas. (Arraes, 2008, p. 25-27).

Conclusão

Desde os anos 90, o Brasil subscreve o agronegócio como seu principal modo de inserção econômica. Sofisticado em vários setores, ele basicamente se destina a dois eixos: o norte-atlântico, sendo o centro os EUA, e o pacífico, emergente pela China. No primeiro, houve o bem-sucedido esforço de diversificar o número de compradores, mas, por causa do aumento da produção do biocombustível, a atenção se voltou para os norte-americanos, em face do potencial de consumo. A tentativa foi frustrada, porque o protecionismo estadunidense era expressivo. A restrição se estendeu a outros produtos, o que prejudicou o projeto da ALCA. Assim, o ponto maior de atrito entre Brasil e EUA ocorreu na economia, desdobrada de modo insatisfatório em três níveis: bilateral, com produtos como etanol, cítricos e aço; regional, com a hipotética ALCA; global, com a Rodada Doha, via G-20.

O 11 de setembro de 2001 dificultou a convergência. Se, no início, Bush acenou para a região, após o ataque, ela se tornaria secundária porque a prioridade seria a oposição ao terrorismo, ponto em que o Brasil discordaria da intensidade da forma, e o espraio da democracia, no qual não havia discordância, a não ser com Cuba. A alteração dificultou a abordagem de temas caros ao país, como a eventual reforma do Conselho de Segurança e a maior militarização da América Latina, com o Plano Colômbia e com a IV Frota.

A despeito disso, o país se transformou em um moderador confiável a Washington em questões com Venezuela, Argentina e Haiti, ao aceitar o convite de liderar a parte militar da missão de estabilização lá, a partir de 2004. Brasília não aderiu à proposta de Caracas em 2007 de se retirar do FMI e do BM em favor do Banco do Sul – um órgão não

¹² Em 2008, no pleito presidencial dos EUA, a América Latina não foi prioridade. Dois temas centrais ocuparam o debate: as duas guerras e a crise econômica.

precisaria excluir outros. Por fim, discordâncias se devem exatamente pelo relacionamento próximo. Destarte, o Brasil foi o interlocutor dos EUA na manutenção da normalidade político-econômica da América do Sul, ou seja, de fidelidade aos princípios da democracia formal e de aplicação do livre-comércio, mesmo sem ser na extensão almejada.

Bibliografia

- ABBOUSHI, Suhai. A trade dispute between the USA and Canada. *Competitiveness Review*, v. 20, n. 1, p. 43-51, 2010;
- AIZENMAN, N.C. Salvadorans Ambushed By Memories in Iraq. *Washington Post*, 25 mar 2006;
- ARRAES, Virgílio. Estados Unidos: um possível significado para a Quarta Frota. *Meridiano 47*, Brasília, v. 9, n. 97, p. 25-27, ago 2008.
- BAKER, Peter. In Guatemala, Bush Vows to Push Immigration Changes. *Washington Post*, 13 mar 2007;
- BUENO, Clodoaldo. *A República e sua política exterior (1889-1902)*. São Paulo: Paz e Terra, 1995, p. 112-117;
- LUSANE, Clarence. *Colin Powell and Condoleezza Rice: foreign policy, race and the new American century*. Wesport: Praeger, 2006;
- MACDONALD, Laura, SCHWARTZ, Mildred. Political Parties and NGOs in the Creation of New Trading Blocs in the Americas. *International Political Science Review / Revue internationale de science politique*, v. 23, n. 2, p. 135-158, apr., 2002;
- MORENO, Luis Alberto. Etanol: uma oportunidade. *BID América*. fev 2007;
- MONTERO, Alfred. *Brazilian Politics: Reforming a Democratic State in a Changing World*. Malden: Polity, 2005;
- OLIVEIRA, AMÂNCIO de. O governo do PT e a Alca: política externa e pragmatismo. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 48, p. 311-329, 2003;
- OSPINA, Hernando. Selon ce que vous serez. *Le Monde Diplomatique*, v.51, n.5, p.19, fev 2005;
- OUDENAREN, John van. Containing Europe. *National Interest*, n.80, p.57-64, jul-set., 2005;
- ROHTER, Larry. Brazil Jails American Airlines Pilot Over Fingerprinting Snub. *New York Times*, 15 jan 2004;
- ROMERO, Simon. Leaders of Venezuela and Colombia, Ideological Opposites, Are Tightening Ties. *New York Times*, 19 oct 2007;
- ROTHKOPF, David. Inside the Committee That Runs the World. *Foreign Policy*, n.147, p.30-40, mar. abr., 2005;
- STANGLER, Jair. TJ-SP mantém condenação a American Airlines por gesto obsceno de piloto. *Estado de São Paulo*, Nov 2011;
- TREISMAN, Daniel. Stabilization Tactics in Latin America: Menem, Cardoso, and the Politics of Low Inflation. *Comparative Politics*, v. 36, n.4, p. 399-419, jul., 2004;
- WALKER, Ignacio. The three lefts of Latin America. *Dissent*, v. 55, n. 4, p. 5-12, out-dez 2008;
- WEYLAND, Kurt. Neoliberalism and Democracy in Latin America: A Mixed Record. *Latin American Politics and Society*, v. 46, n. 1, p. 135-157, abr-jun., 2004;

Links

- Ministério da Indústria e do Desenvolvimento. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso: 12/05/2012;
- Brazil skeptical of free trade deal. <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/1284985.stm>>. Acesso: 14/05/2012;
- Bush links trade with democracy at Quebec talks. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2001/04/22/world/22SUMM.html?scp=1&sq=quebec%20april%202001&st=cse>>. Acesso: 14/05/ 2012;
- Trade war looms over steel dispute. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/1856760.stm>>. Acesso: 25/05/2012;

Assessor de Bush discute ALCA com PT. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u36859.shtml>>. Acesso: 25/05/2012;

PT quer adiar discussão sobre ALCA, diz Mantega. <http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/020822_lulaaf1.shtml>. Acesso: 25/05/2012;

Brasil aceita 2005 como prazo inicial da ALCA em 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u50366.shtml>>. Acesso: 26/05/2012;

Emissário vem preparar encontro Lula-Bush. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u42577.shtml>>. Acesso: 07/07/2012;

Assessor diz que encontro entre Lula e Bush teve “química”. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2002/021210_bushrebc.shtml>. Acesso: 07/07/2012;

U S – Brazil Trade Agendas Can Help Advance FTAA and WTO Talks, Says USTR. Disponível em: <<http://www.america.gov/st/washfile-english/2003/May/20030530184300nesnom0.7619135.html>>. Acesso: 07/07/2012;

Brasil informa aos EUA que poderá ir à OMC contra o aço, soja e algodão. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2002/not20020312p26080.htm>>. Acesso em: 26/05/2012;

Brasil vai à OMC contra subsídio americano à soja. Disponível em: <<http://www1.valoronline.com.br/arquivo/284105/brasil-vai-omc-contra-subsidio-americano-soja>>. Acesso: 26/05/2012;

Foreign Trade Information System – Countries. Disponível em: <http://www.sice.oas.org/countries_e.asp>. Acesso: 28/05/2012;

Cúpula não resolve impasse entre EUA e MERCOSUL. <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2005/11/051106_cupulabg.shtml>. Acesso: 28/05/2012;

Líderes encerram 4ª Cúpula das Américas em Mar Del Plata. <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u89273.shtml>>. Acesso: 28/05/2012;

OMC retoma negociações para salvar Rodada Doha. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u314249.shtml>>. Acesso: 29/05/ 2012.

Resumo

O artigo trata de maneira sintética do relacionamento político e econômico do Brasil com os Estados Unidos durante a gestão de George W. Bush (2001-2008). Aborda a tentativa frustrada de se estabelecer uma área de livre comércio continental, devido ao protecionismo norte-americano e de se ampliar o uso do biocombustível. Por último, trata da criação da Quarta (IV) Frota.

Abstract

The article deals with the political and economic relationship between Brazil and United States during the George W Bush mandate (2001-2008). It discusses the failed attempt to establish a hemispheric free trade agreement, due to the American protectionism, and to expand the use of biofuel. Finally, it also discusses the creation of the Fourth Fleet.

Palavras-chaves: Brasil; George W. Bush; ALCA

Key words: Brazil; George W. Bush; FTAA

Recebido em 27/08/2012

Aprovado em 04/09/2012